

ESPAÇO CULTURAL NO MIRANTE DA
LAGOA DA CONCEIÇÃO



RICARDO AUGUSTO MELO CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO PROJETO DE GRADUAÇÃO - ARQ 5680
ORIENTADOR: JUAN ANTONIO ZAPATEL PEREIRA DE ARAUJO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 1 - 2007.2

**ESPAÇO CULTURAL NO MIRANTE DA
LAGOA DA CONCEIÇÃO**

ACADÊMICO: RICARDO AUGUSTO MELO CUNHA

MATRÍCULA: 03131351

Florianópolis, dezembro de 2007.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	04
1. OBJETO DE ESTUDO	05
1.1. Problemática	06
1.2. Potencialidades	11
2. OBJETIVOS	12
3. METODOLOGIA	13
3.1. Levantamentos Realizados	13
3.1.1. Histórico e Evolução Urbana	13
- Povoamento e Processo Econômico	
3.1.2. Mutação Urbana	16
3.1.3. Legislação Vigente	18
3.1.4. Referências de Projetos	21
3.2. Meios e Recursos	21
4. ÁREA DE INTERVENÇÃO	21
4.1. Dados Gerais	21
4.2. Características Físicas	21
- Clima	
- Vegetação, Topografia e Geologia	
5. INTERVENÇÃO	25
5.1. Conceitos	25
- O papel do Arquiteto	
- A Arquitetura Contemporânea	
- A Intervenção	
5.2. Programa de necessidades	26
5.3. Referências de Projetos Arquitetônicos	27
5.4. Partido Arquitetônico	31
CONCLUSÃO	32
BIBLIOGRAFIA	33

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A carência de espaços culturais na capital de Santa Catarina não é novidade para os moradores, nem para os que estão de passagem por aqui. O turismo sazonal e a cultura da praia como espaço público alvo acarretam acomodações do setor público no que diz respeito à cultura e lazer, ao mesmo tempo em que aumenta a “cultura dos espaços enclausurados”, como os Shopping Centers, que visam consumo e contribuem com o aumento da superficialidade das relações humanas.

As belas paisagens sustentam o turismo, e o mirante da Lagoa da Conceição é um dos cenários singulares da Ilha, que sofre com a falta de estrutura urbana que comporte a demanda crescente.

Além de cartão postal, o Morro da Lagoa é um local de transição física e visual, separando o Bairro do Itacorubí e a Bacia da Lagoa da Conceição. Naturalmente, seu relevo acidentado desperta sensações ímpares aos que transitam por suas curvas sinuosas, servindo como um marco referencial para a cidade. Por outro lado, estas curvas privilegiam o automóvel, dificultando para pedestres e ciclistas a transposição do mesmo, devido à inclinação excessiva e a falta de calçadas e ciclovias.

Esta região, como tantas outras da Capital de Santa Catarina, apresenta carência de espaços públicos de cultura e lazer, sendo sua qualificação um desafio para mim, como futuro Arquiteto e Urbanista nascido em Florianópolis. É uma localidade com muito potencial, mas com particularidades difíceis de lidar, como as Áreas de Preservação de Uso Limitado (APL), e Áreas de Preservação Permanente (APP), muitas vezes desconsideradas pelos que lá constroem.

Trazendo um espaço cultural e de contemplação da paisagem para o mirante do Morro da Lagoa da Conceição, pretendo criar várias ambiências que ajudem no processo de “aculturação”: Culturas distintas são absorvidas uma pela outra formando uma nova cultura diferente, sem que para isso percam sua identidade. Assim, locais, turistas e novos moradores poderão dividir e escolher as atividades que lhes dêem prazer, seja admirando obras de arte, lendo um livro, jogando capoeira, ouvindo música, ou simplesmente apreciando a paisagem e enriquecendo o ócio.

Segundo Domenico De Masi, “O ócio criativo significa, então, um exercício do sincretismo entre atividade, lazer e estudo, propondo ao homem que ele se desenvolva em todas as suas dimensões.” (MASI, Domenico de. O Ócio Criativo. Rio de Janeiro. Sextante. 2000)

I . OBJETO DE ESTUDO

Sob estas considerações, tem-se como objeto geral de estudo:

Proposta de intervenção no mirante do Morro da Lagoa da Conceição, de âmbito cultural, educativo e de lazer, situado na cidade de Florianópolis, SC, Brasil. (Figura 01)

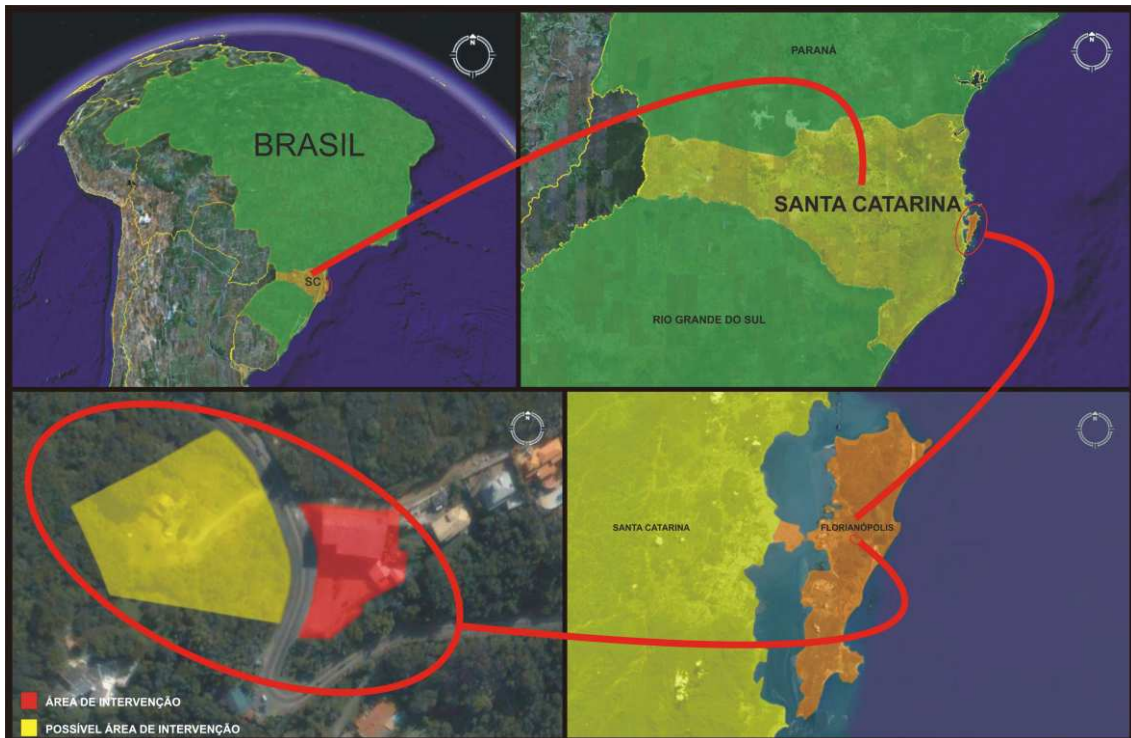


Figura 01 : Delimitação da área de intervenção. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: Google Heart.

1.1 Problemática

O sítio apresenta muitas limitações, pois estamos falando de uma região onde se encontram Áreas de Preservação de Uso Limitado (APL) e Áreas de Preservação Permanente (APP). Mesmo com essas condicionantes, edificações residenciais e de serviços se estabeleceram, já fazendo parte do contexto morro – paisagem.

O sistema viário não comporta nem ao menos os moradores locais que, em horários de pico, enfrentam congestionamentos. Com a temporada de verão, a situação é potencializada, e o tráfego é lento durante quase todo o dia. O alargamento da via não convém, pois o aumento da “costura” no morro, a meu ver, não seria a melhor solução, considerando-se o aspecto ambiental.

O problema não fica restrito ao sistema viário, na verdade, trata-se de um problema de mobilidade urbana. A inclinação excessiva, a falta de calçadas e de ciclovias dificultam a transposição do morro, tornando o local perigoso e de uso quase que exclusivo dos automóveis. Mesmo com esta dificuldade, não são raras as vezes que presenciamos ciclistas e pedestres arriscando a vida em meio aos automóveis. (Figuras 02, 03 e 04).

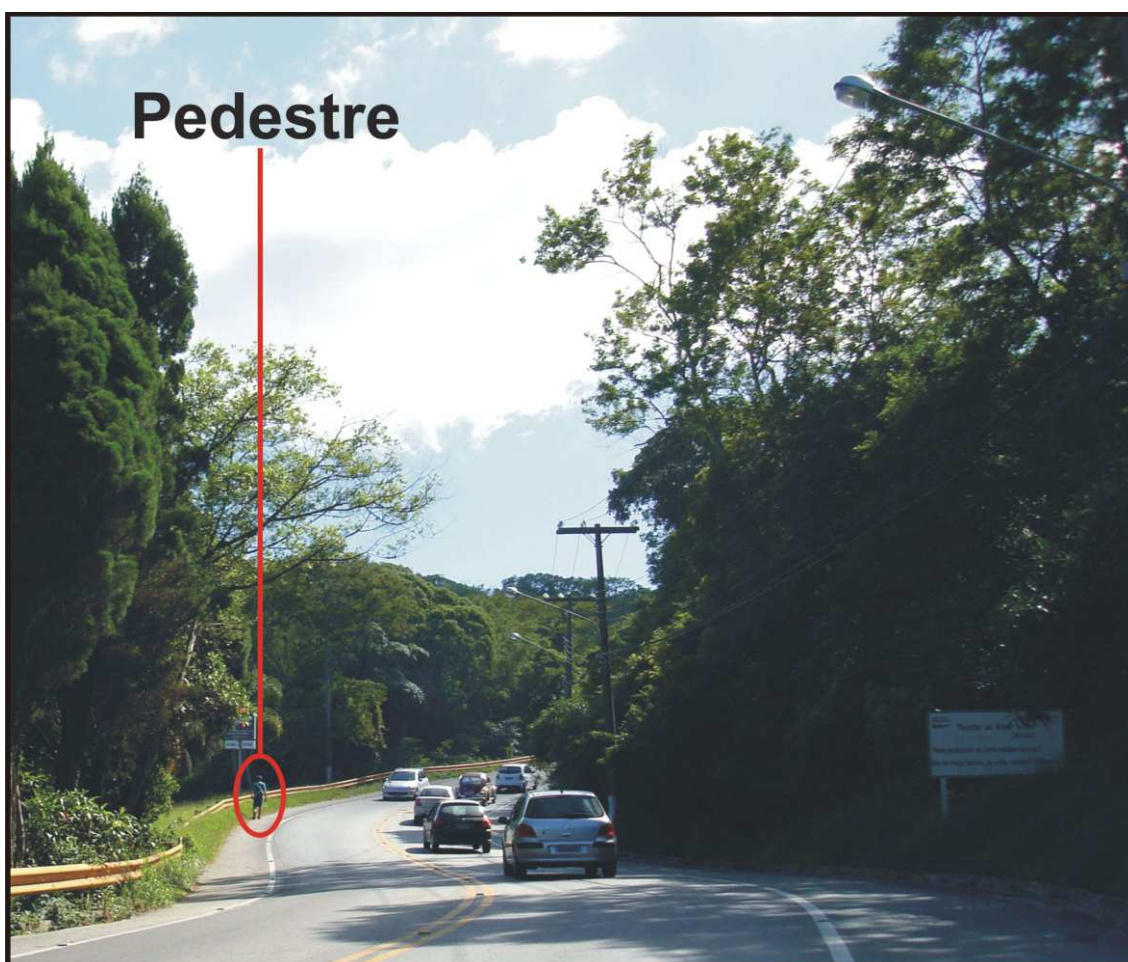


Figura 02: Pedestre andando no acostamento.

Fonte: Acervo pessoal

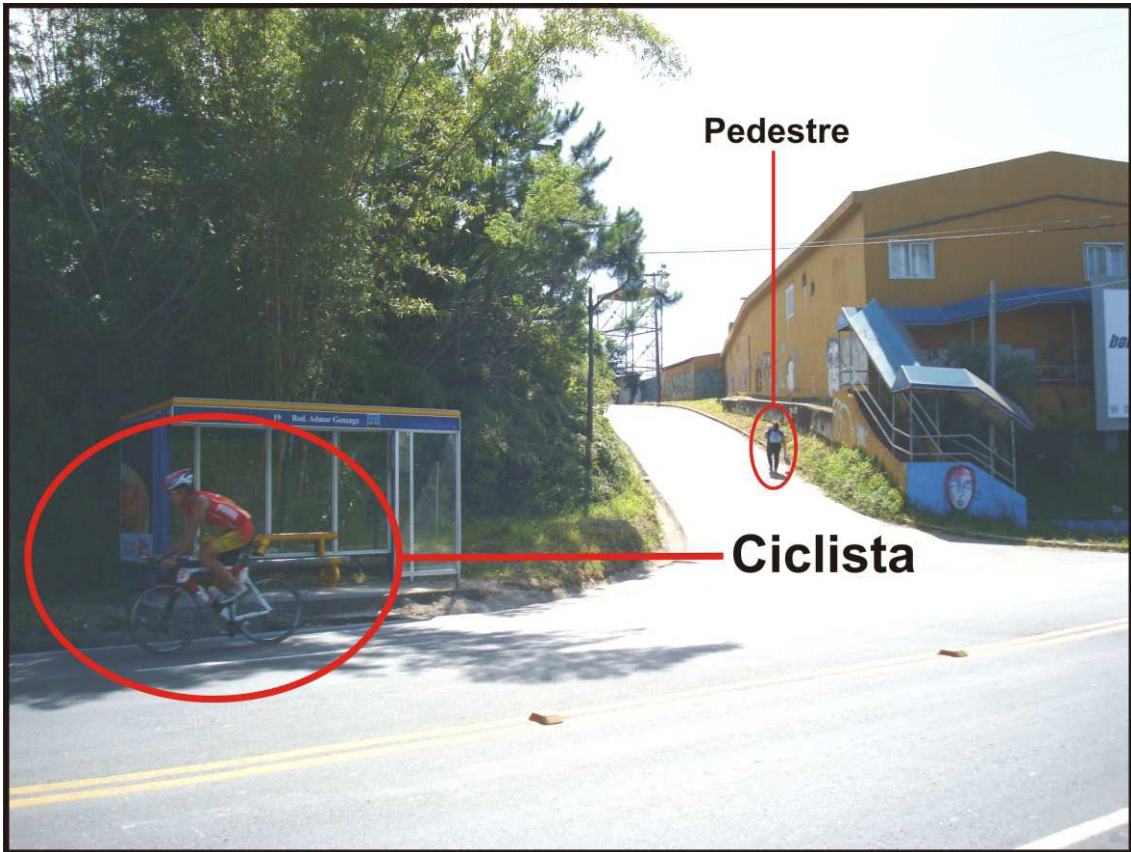


Figura 03: Ciclista e pedestre.
Fonte: Acervo pessoal

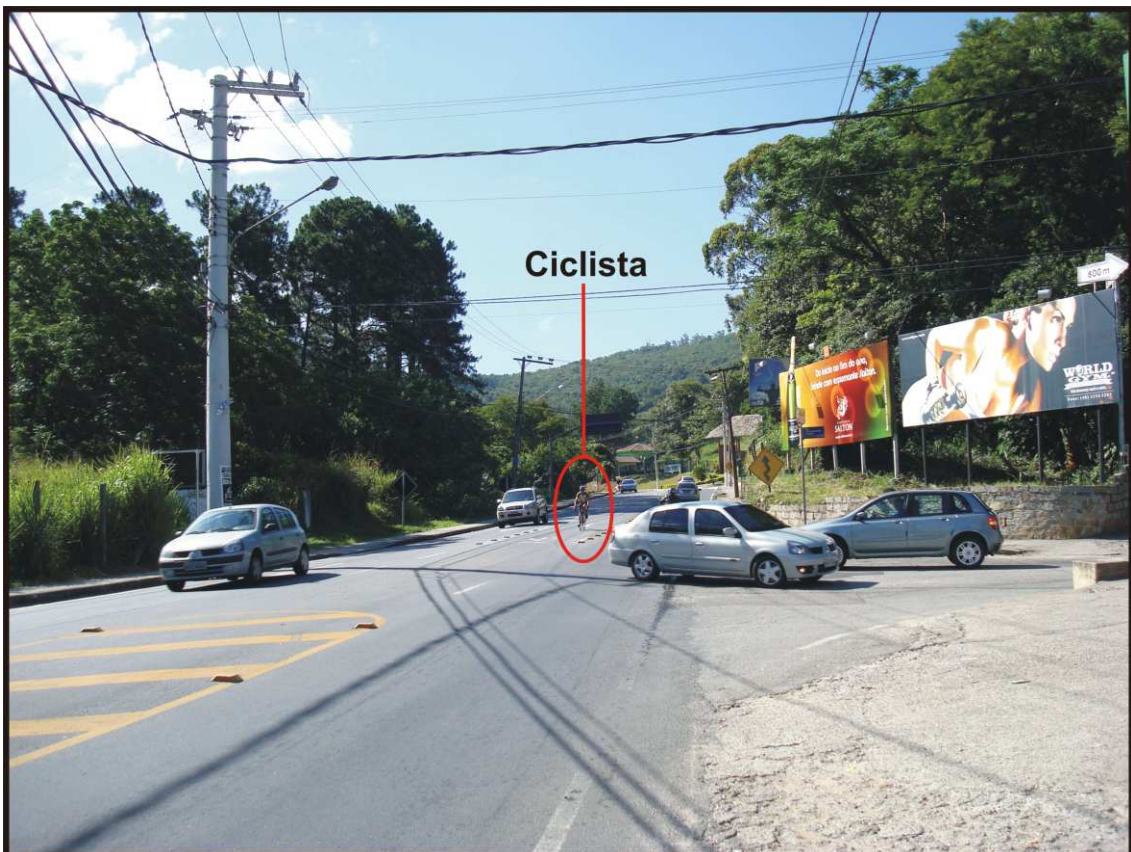


Figura 04: Ciclista dividindo espaço com os carros.
Fonte: Acervo pessoal

É importante ressaltar que o problema do sistema viário não se resolve pontualmente, visto que ele não começa na entrada do Morro da Lagoa. O problema já surge nos acessos da BR-282 à São José e se prolonga até Florianópolis. Ou seja, é um problema de escala metropolitana, se estendendo pra uma escala entre bairros (Urbana). (Figura O5)



Figura O5: Nós viários problemáticos. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: Google Heart.

O transporte intermodal adotado em diversos países, como Venezuela (Caracas) e Colômbia (Medellín), (Figuras O6 e O7), adequadamente adaptado às particularidades da Ilha de Santa Catarina, seria a melhor solução a meu ver. Incentivando o transporte com teleféricos, embarcações, aliados ao já existente sistema rodoviário estabelecido (ônibus), poderíamos ter um resultado satisfatório e menos degradante às condições ambientais da cidade.

No caso da minha intervenção no Morro da Lagoa, olhando-se pontualmente, o teleférico se apresenta como o meio de transporte mais adequado ao sítio, devido as suas condicionantes físicas. (Figura O8)



Figura O6: Teleférico de Cracas (Venezuela). Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=238053#page=5>



Figura 07: Teleférico em Medellín (Colômbia), utilizado por pessoas de baixa renda, se conecta com o metrô. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=238053#page=5>



Figura 08: Condicionante física do terreno (Morros). Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.

Fonte: Google Heart.

Outra questão é: Como entender esta “cultura dos espaços enclausurados” nos Shoppings Centers, com tantas paisagens naturais que proporcionariam espaços públicos de lazer e contemplação? (Figura 09)

Infelizmente o poder privado não se mostra interessado na criação de espaços públicos de lazer, deixando somente as praias para este fim. A maior parte da população local desconhece outra realidade, onde espaços públicos fazem parte do dia a dia da cidade. Esta comodidade gera um ciclo vicioso, em que o poder privado impera sobre o poder público, salve exceções, como no caso do Parque de Coqueiros. (Figura 09).

Localizado na região continental de Florianópolis, foi construído no ano de 1998 pela população local (Sociedade amigos de Coqueiros). O terreno, chamado de “Saco da Lama” pertencia à União, e em 2001 foi cedido à prefeitura.

Graças ao esforço da comunidade de Coqueiros, que pressionou os órgãos públicos e financiou a construção do parque, hoje, tem-se um espaço público totalmente apropriado pela população, que serve de exemplo para a cidade.



Figura 09: Paisagem x Shopping Center.
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 10: Parque de Coqueiros.
Fonte: http://picasaweb.google.com/aracycnstina.ilkiw/MinhasPreferidas_2/photo#5053111988743730402

1.2. Potencialidades

A natureza exuberante “enche os olhos” das pessoas que param no mirante, e o circuito no sentido Itacorubí – Lagoa da Conceição configura uma das mais belas paisagens de Florianópolis, principalmente por se apresentar como uma barreira/portal, que serve de transição entre os bairros. (Figura 11). A vista que se desfruta, abrange parte da Bacia da Lagoa da Conceição, englobando uma grande área da Lagoa, Avenida das Rendeiras, dunas e praia da Joaquina. (Figura 12)

A tradição local também pode ser encarada como uma potencialidade, apesar da grande variedade de pessoas que moram na Ilha hoje, pois meu projeto tira partido deste tema; a interação entre culturas diversas em um mesmo espaço.



Figura 11 : Transição entre bairros. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: IPUF, 2002.



Figura 1 2: Paisagem do mirante do morro da Lagoa.
Fonte: Acervo pessoal.

2. OBJETIVOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso com a temática “Espaço Cultural no Mirante da Lagoa da Conceição” trata de questões conceituais, metodológicas e operativas, a serem abordadas na definição dos seguintes objetivos:

2.1. Examinar a problemática do sítio e o contexto urbano e metropolitano, suas particularidades, sua história, as leis que a regem, adquirindo o conhecimento necessário para a intervenção propositiva.

Justificativa: o projeto impõe um grau de complexidade tanto no urbano como nas suas escalas de abrangência, tendo como foco, resolver um programa de necessidades que englobe usos variados, ao mesmo tempo em que potencialize a apreciação da paisagem “lúdica” do local.

2.2. Proposta de intervenção edificada e de infra-estrutura vinculadas ao tema de educação, cultura e lazer.

Justificativa: criação de uma infra-estrutura de equipamentos que dê apoio às atividades vinculadas as particularidades do sítio objeto de estudo.

3. METODOLOGIA

3.1. Levantamentos Realizados

Este trabalho de conclusão de curso procura abordar de diversas formas o estudo da área, com uma finalidade projetual.

A análise do contexto imediato à área, e um panorama geral na problemática das conexões urbanas (sistema viário), garantiram um estudo mais apurado da realidade local. Ou seja, foi preciso um “passeio” nas diferentes escalas, para que se chegasse às particularidades do terreno, inserido em um todo Urbano.

Outras formas de abordagem do sítio foram os estudos destinados às características físicas do terreno, o histórico da região e os usos e ocupação do solo, tendo em mãos o plano diretor.

3.1.1. Histórico e Evolução Urbana

- Povoamento e Processo Econômico

A Nossa Senhora da Lagoa da Conceição foi uma das freguesias da Ilha de Santa Catarina, fundada em 07 de junho de 1750. Seu nome, como o das outras freguesias, teve origem nos santos e santas da igreja Católica.

Inicialmente foi ocupada pelos povos sambaquis, depois pelos povos indígenas Itararé e, na seqüência, pelos Carijó. Entre 1748 e 1756, vieram os povos das ilhas dos Açores (90%) e Madeira, sempre instalados em pequenas propriedades ao longo do litoral catarinense.

Como não encontraram as mesmas condições de suas antigas terras, onde se apresentava a fertilidade das terras vulcânicas, estes imigrantes, que eram pastores plantadores de trigo e linho, começaram a se adaptar aos costumes dos antigos índios, iniciando o (...) “cultivo da mandioca, confecção de canoas de pau de guarapuvú, pesca da tainha, armadilhas, salgamento e defumação de pescados, produção de farinha etc. Tanto que a farinha de mandioca se tornou o principal produto de exportação da Ilha de Santa Catarina no século XIX.” (BARBOSA, 2003, p.24).

No Morro da Lagoa, local da minha futura intervenção, os agricultores com maior poder aquisitivo moravam em casas térreas pintadas a cal. Estas edificações, na época, eram consideradas boas, apresentavam vidros e eram assobradadas. O mais interessante, é que a cal destinada à pintura das casas vinha da exploração dos sambaquis (concheiros) da região, originando o nome de caieira.

“Em meados do século XIX, a Lagoa já contava com cerca de 3.450 habitantes que subsistiam do cultivo do café, uva, algodão e linho; além do fabrico de cachaça, farinha, açúcar e melado, e plantio de alho, cebola, amendoim e gengibre para comercializar na capital.” (BARBOSA, 2003, p.24).

No ano de 1845, Dom Pedro II esteve presente na Ilha de Santa Catarina, e doou os sinos pra a Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Lagoa, esta, muito importante para a localidade, situada no morro do Assopra. (Figura 13)



Figura 13: Capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição da Lagoa. (meados do século XX).

Fonte: <http://www.ufsc.br/~esilva/Albuns.html>

Entre os séculos XIX e XX, toalhas, guardanapos, rendas e colchas de crivo começaram a ser produzidas, graças ao plantio em larga escala de linho, tecido em teares rudimentares.

O que se verificava no cotidiano açoriano, era uma economia de subsistência, utilizando a mão de obra familiar, tanto na plantação quanto no processamento dos produtos agrícolas.

A conseqüência da exploração do solo de maneira inadequada por 200 anos, visto que não utilizavam a técnica de rotatividade, foi o empobrecimento do mesmo e conseqüentemente da população, que achou alternativas na pesca e artesanatos para continuarem sobrevivendo.

Nos meses frios, outono e inverno pescavam tainhas, anchovas e camarões; nos meses mais quentes, primavera e verão, se dedicavam à agricultura, alternando sempre entre roça e pesca.



Figura 14: Vista da Lagoa da Conceição na década de 1950.
Fonte: <http://www.ufsc.br/~esilva/Albuns.html>

O gado de tração servia para o transporte (carros de boi) até envelhecer, quando eram sacrificados em pequenos açougues locais, onde predominava a troca de mercadorias. Além disso, eram utilizados nos engenhos de farinha, que funcionaram até 1963, sendo hoje, raros.

No século XX a economia muda, a pesca artesanal deixa de ter caráter de subsistência e passa a ter fins lucrativos.

Nas décadas de 1970 e 1980, a pesca obteve seu auge, ocupando os primeiros lugares no cenário brasileiro, mais precisamente no ano de 1984, chegando a 8.000 ton/ano.

Após esta fase áurea, a decadência era iminente. A desinformação dos pescadores e da população em geral, a pesca em período de desova, o aterramento de áreas de procriação (manguezais e lagoas), a poluição por esgotos domésticos, além da abertura do canal da Barra da Lagoa em 1982, são a somatória de fatores agravantes deste processo de declínio pesqueiro.

Após o declínio da pesca, o turismo surge como mais uma fonte de renda, junto à prestação de serviços e a construção civil, mudando o panorama econômico local, que no inverno é pacato e tranquilo, e no verão se transforma totalmente, com a agitação trazida pelos visitantes.

3.1.2. MUTAÇÃO URBANA

Segundo Milton Santos(1996: pp.83-84): “ A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente(...) O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega a um fim”.

O panorama da Lagoa da Conceição começa a mudar com o declínio da pesca na localidade, e as belezas naturais e paisagísticas começam a ser descobertas a partir dos anos 70.

Até o final dos anos 70, predominavam pescadores, rendeiras, alguns restaurantes e residências secundárias de moradores do centro da cidade. A melhoria do sistema viário, feito nas SC's 404 e 406, e a chegada da UFSC e Eletrosul, impulsionaram o processo de ocupação. Os moradores, agora fixos, deram caráter de bairro à localidade, além dos imigrantes e turistas que passaram a fazer parte do cenário local.

Bacia da Lagoa da Conceição	
Ano	Habitantes
1980	7.897
2000	23.928
Distrito Lagoa da Conceição	
Ano	Habitantes
2000	9.224
Bairro Lagoa da Conceição	
Ano	Habitantes
2000	4.789

Fonte: Censo 2000/ IBGE

Ente 1980 e 2000 o crescimento da população na Bacia da Lagoa da Conceição foi de 5,95%, sendo mais que o dobro do crescimento estadual.

Essa explosão demográfica acarreta, além de problemas ambientais, problemas de “choques culturais”, onde o ritmo pacato da localidade começa a se modificar, devido à grande quantidade de imigrantes e turistas, vindos geralmente atraídos pelas belas paisagens e na qualidade de vida, atributos citados repetidamente nos noticiários e revistas (marketing).

A realidade é outra, a Ilha cresce sem condições físicas para abrigar a demanda crescente. Como consequência, há o detrimento da qualidade de vida e do meio ambiente.

Aumentando a demanda, a especulação imobiliária cresce, os terrenos são valorizados e conseqüentemente os antigos moradores se vêem obrigados a vender seus terrenos, geralmente a preço de “banana” para um especulador, que espera a valorização do terreno e lucra em cima do mesmo, e assim, o ciclo vicioso continua.

Antes, podíamos analisar facilmente de onde vinham os imigrantes: eram gaúchos, paranaenses e paulistas, em sua maioria. Hoje, pessoas do Brasil inteiro e uma grande leva de estudantes começam a fazer parte da população de Florianópolis.

O turismo também mudou seu perfil. Antes, argentinos superlotavam a ilha em seus carros a diesel, hoje, além de argentinos, minoria, brasileiros de todas as partes usufruem da cidade, em busca de cenários naturais interessantes, praias, e agito, no caso dos jovens. Somando-se a isso, o turismo internacional surge aos poucos e tende a se concretizar.

Esta variabilidade populacional propicia um processo de aculturação, que se inicia com o “choque das culturas” do nativo provinciano, com o novo pensamento trazido pelos moradores e turistas vindos de fora (outsiders).

Este “choque” em princípio é aceitável; quando persiste, torna-se um xenofobismo, geralmente movido pelo desconhecimento da cultura do próximo e defesa da própria cultura.

Naturalmente a sociedade sofre um processo de aculturação espontânea, ou seja, aos poucos as culturas se somam, se fundem, sem que para isso percam sua essência histórica, se respeitando e construindo uma nova identidade local.

Este “choque” cultural que ocorre na Lagoa da Conceição é estudado por Ariane Kuhnen, a partir de uma análise sócio-ambiental; em seu livro Lagoa da Conceição – Meio ambiente e modos de vida em transformação.

Ela acredita que a natureza tem influência nas relações humanas e que apesar dos “choques culturais”, nativos e imigrantes abraçam a mesma causa: a ambiental. Fato exemplificado com o famoso “Abraço à Lagoa” (Figura: 15), que é um grande evento aglutinador, onde se verifica a apropriação do espaço e modos de vida locais pelos imigrantes, formando-se uma nova identidade. *“(...) a situação coletiva de pertencer a um determinado grupo se exprime e se estabelece nos diferentes modos de uso e apropriação da natureza e remete a uma idéia de identidade social”.*

Hoje, é componente do espaço urbanístico, qualquer coisa que, na contínua mutação da realidade ambiental, retém por um instante nossa atenção, obriga a reconhecer-nos...

G. Argan



Figura 15: Abraço à Lagoa.

Fonte: <http://www.ybytucatu.com.br/onda/cidadania.php>

3.1.3. A Legislação Vigente

Apresentarei aqui alguns trechos do Plano Diretor, que terão influência direta na área de intervenção escolhida:

SEÇÃO I

Das normas relativas às áreas de Preservação Permanente (APP)

Art. 137- As Áreas de Preservação Permanente (APP) são “non aedificandi”, ressalvados os usos públicos necessários, sendo nelas vedada a supressão da floresta e das demais formas de vegetação nativa, exploração e a destruição de pedras, bem como o depósito de resíduos sólidos e qualquer forma de parcelamento do solo.

§6º - Sempre que houver necessidade de usos públicos em APP, o órgão responsável deverá compensar a área utilizada através da aquisição de área equivalente em outro local, destinando-se a APP ou AVL (Área Verde de Lazer).

SEÇÃO II

Das Áreas de Preservação de Uso Limitado (APP)

Art. 143- Nas áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) situadas nas Zonas Urbanas e de Expansão Urbana, acima da cota 100 m (cem metros), e nas situadas nas zonas rurais em qualquer altitude, nos terrenos servidos por acesso oficial público para veículos automotores e com viabilidade de abastecimento fornecida pelas concessionárias de água e energia elétrica, são permitidas exclusivamente edificações destinadas aos usos residenciais unifamiliares, nas seguintes condições:

- I – Se a área revestida por floresta ou vegetação arbustiva, as edificações somente serão permitidas aos respectivos proprietários que, nos termos do art. 6º da Lei federal 4.771/65 façam sua destinação como floresta de preservação permanente.
- II – Se a área for desflorestada, as edificações serão permitidas desde que o proprietário destine a gleba à implantação do projeto de reflorestamento com espécies nativas, aprovado pelos órgãos competentes, e desde que sua destinação como floresta de preservação permanente seja feita na forma do inciso anterior.

Art. 144 - Nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) não é permitido o parcelamento do solo, a abertura ou prolongamento de vias de circulação de veículos, salvo as obras de melhorias dos acessos públicos oficiais existentes e a implantação dos acessos privados às edificações.

§1º - Quando admitida a implantação de edificações nas Áreas Preservação com Uso Limitado (APL), estas não poderão se afastar mais de 50,00 m (cinquenta metros) contados a partir do limite da APL com a área urbanizável adjacente ou de acesso público oficial, conforme o caso.

§2º - Em casos especiais, poderá ser admitida, a critério do Órgão Municipal de Planejamento, a implantação de edificações a mais de 50,00 m (cinquenta metros) para localizar a mesma no primeiro ponto que propicie melhor adequação à topografia e à paisagem, não podendo ultrapassar ao dobro a distância já permitida.

§3º - O traçado das vias de acessos privativos às edificações será definido em projetos específicos, ouvidos o Órgão Municipal de Planejamento e a Fundação Municipal do Meio Ambiente, devendo se adequar à topografia do terreno, possuir largura máxima de 6,00 m (seis Metros) e inclinação não superior a 20% (vinte por cento).

Art. 145 - Nas Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) deverá ser mantida a cobertura vegetal existente, somente se permitido o corte de árvores indispensáveis à implantação das edificações, quando admitidas, sendo vedada a exploração e destruição de pedras.

§1º - Considera-se superfície indispensável à implantação das edificações até o dobro da área construída.

§2º - As árvores cujo corte for indispensável para implantação das edificações deverão indicar nas plantas do projeto de construção, devendo cada árvore abatida ser substituída por outra dentro do mesmo terreno.

§3º - Os acessos privados das edificações em Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) deverão se harmonizar com a topografia existente e preservar a vegetação arbórea.

Art. 146 - Visando o incentivo à manutenção das Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL), o Poder Executivo poderá conceder redução de até 50% (cinquenta por cento) da incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre as mesmas, bem como redução total sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) desde que sejam gravadas e perpetuadas nos termos do Art. 6º da Lei Federal nº 4.771/65, e fisicamente sinalizadas pelos proprietários.

A legislação do Código Florestal (Cunha, 1991), afirma que florestas e demais formas de vegetação natural serão consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP), quando assim declaradas por ato do Poder Público.

O Plano Diretor dos Balneários traz que Áreas de Preservação Permanente (APP) são aquelas necessárias à preservação dos recursos e das paisagens naturais, à salvaguarda do equilíbrio ecológico, como é o caso de topos de morros e encostas com declividades igual ou superior a 46,6%.

As Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) são definidas pelo Plano Diretor dos Balneários como sendo aquelas que pelas características de declividades do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural.

São consideradas APL, as áreas entre 30 e 46,6% de inclinação, como também as áreas situadas acima da “cota 100”, que não são APP.

Se analisarmos as edificações próximas à área de intervenção, verificaremos que são residenciais em sua maioria. Percebe-se assim, que o Plano Diretor não está sendo cumprido, e o papel das APL de garantir a conservação da paisagem natural não está sendo efetivado, visto que existe uma via local ligada a uma via arterial dando condições de expansão urbana em APP. (Figura 19).

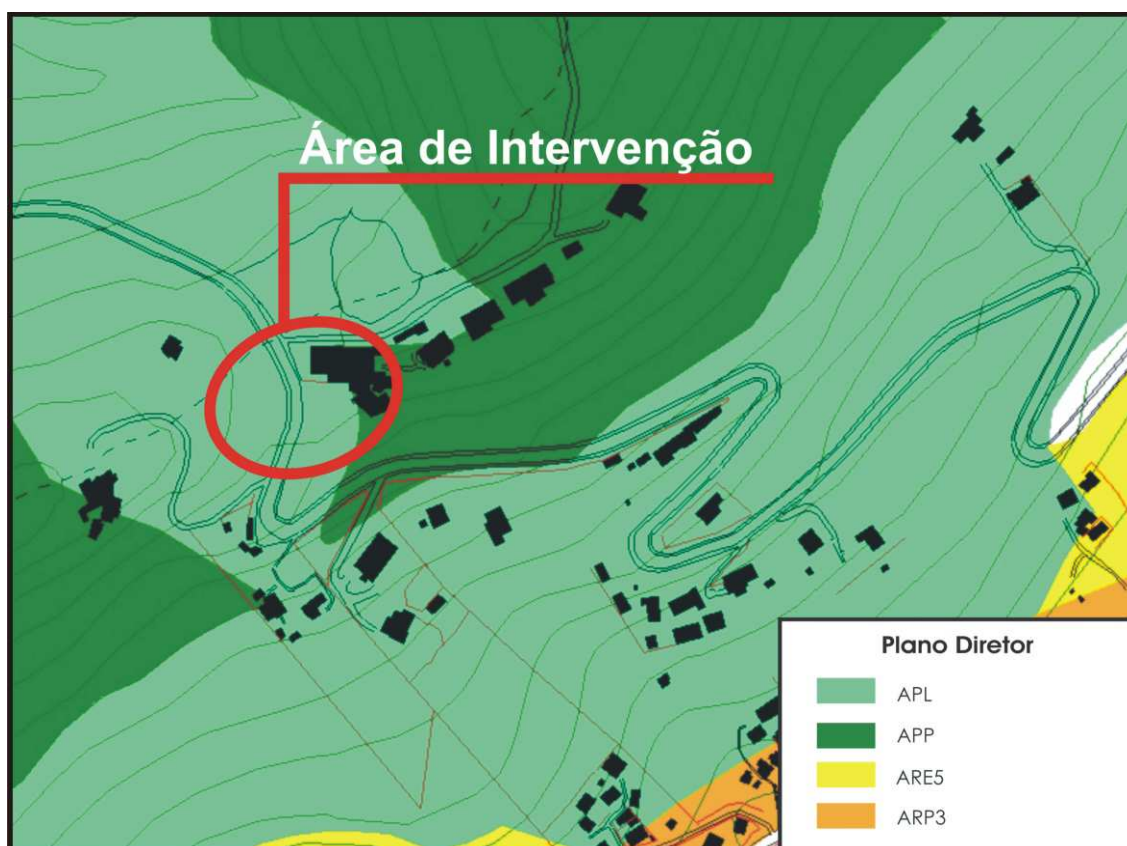


Figura 19: Plano Diretor para o Morro da Lagoa. Elaborado por Marlon Pscheidt, 2006, modificado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.

Fonte: IPUF, 1988.

3.1.4. Referências de Projetos

Alguns projetos referência foram rapidamente comentados antes da elaboração do partido arquitetônico. (vide Figuras: 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27).

3.2. Meios e Recursos

Os meios ou fontes responsáveis pela soma de dados que me fizeram chegar a uma proposta definitiva (partido arquitetônico) são os mais variados.

Acredito que como nascido em Florianópolis, já tenho certa bagagem vivencial da área, além de acompanhar boa parte deste processo de mutação urbana que vem ocorrendo na cidade.

Mapas, análise do contexto urbano, pesquisas na internet destinadas ao tema, fotos aéreas, visitas de campo e levantamentos fotográficos fizeram parte da documentação. Livros, revistas e periódicos de Arquitetura também foram fundamentais para os referenciais de projeto. Pesquisas realizadas por acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e dissertações em outras áreas também serviram de embasamento teórico para o trabalho.

Os estudos volumétricos serão feitos em croquis, maquete física, e posteriormente em maquete eletrônica.

4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1. Dados Gerais

- País: Brasil
- Estado: Santa Catarina
- Município: Florianópolis (Capital de Santa Catarina)
- Distrito: Lagoa da Conceição
- Bairro: Lagoa da Conceição
- Área de Intervenção: Mirante do Morro da Lagoa da Conceição
- Latitude: 27°50' S
- Longitude: 48°25' O
- Área do Distrito: 55,28 km²
- População: 9.224 hab.
- Fuso Horário: UCT -3

4.2. Características Físicas

- Clima

Segundo os critérios de Köppen, a classificação climática da região de Florianópolis é do tipo Cfa, situada em zona intermediária subtropical, pertencente ao grupo mesotérmico úmido, com chuvas distribuídas uniformemente durante o ano.

- Estações: Quatro estações bem definidas
- Precipitações: Bem distribuída durante o ano, tendo o verão maior índice pluviométrico segundo (Hermann et alii, 1986). Médias de janeiro a março de 160 mm mensais e de abril a dezembro, apresenta média de 100mm/mês.
- Temperaturas: Entre 1923 e 1984, apresentou uma média de 20,4 °, com fevereiro chegando a 24,5 ° e julho 16,4 °C (Hermann et alii, 1986). A média das máximas do mês mais quente varia de 28 a 31°C e a média das mínimas do mês mais frio, de 7,5 a 12°C.
- Pressão atmosférica: Média de 1013,3 mb, com valores mínimos ocorrendo em janeiro, e os máximos em julho.
- Umidade relativa do ar: Média anual de 82%, considerada alta.
- Insolação: Valor médio anual de 2025,6 horas representando 46% do total possível, ou seja, sol permanece encoberto mais da metade do ano. As taxas médias anuais de evaporação são de 1019 mm. O mês de dezembro com 106,7 mm e junho com 64,8 mm.

Fonte: http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil#sublink=fisico_geog

- Vegetação, Topografia e Geologia

A vegetação da Lagoa da Conceição é muito rica, apresentando restingas, dunas e Floresta Ombrófila densa (Mata Atlântica), nas encostas.

“Esta floresta caracteriza-se por sua elevada densidade e heterogeneidade em espécies - estratos de árvores, arvoretas, arbustos, ervas e elevado número de epífitas - que além de constituir um rico patrimônio genético, abriga e produz alimentos a um grande número de espécies faunísticas”. (Figura: 16)

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis.
<http://www.pmf.sc.gov.br/index.php?link=perfil#sublink=biologicas>

Segundo o mapa elaborado por Marlom Pscheidt, predominam as vegetações mais densas, com pequenas áreas apresentando Arvoredo. (Figura: 17)

Esta vegetação é muito importante, pois exerce “o papel de proteção natural contra o processo erosivo e escorregamentos”. (PSCHEIDT, 2006, p.17).



Figura 16: Vegetação da Lagoa da Conceição.
 Fonte: Acervo pessoal.

O morro da Lagoa apresenta um relevo acidentado, onde podemos perceber na (Figura: 17), que a área de intervenção apresenta declividades que variam entre 0 a 15% e entre 15 a 30%, com pequenos trechos apresentando inclinação superior a 30%.

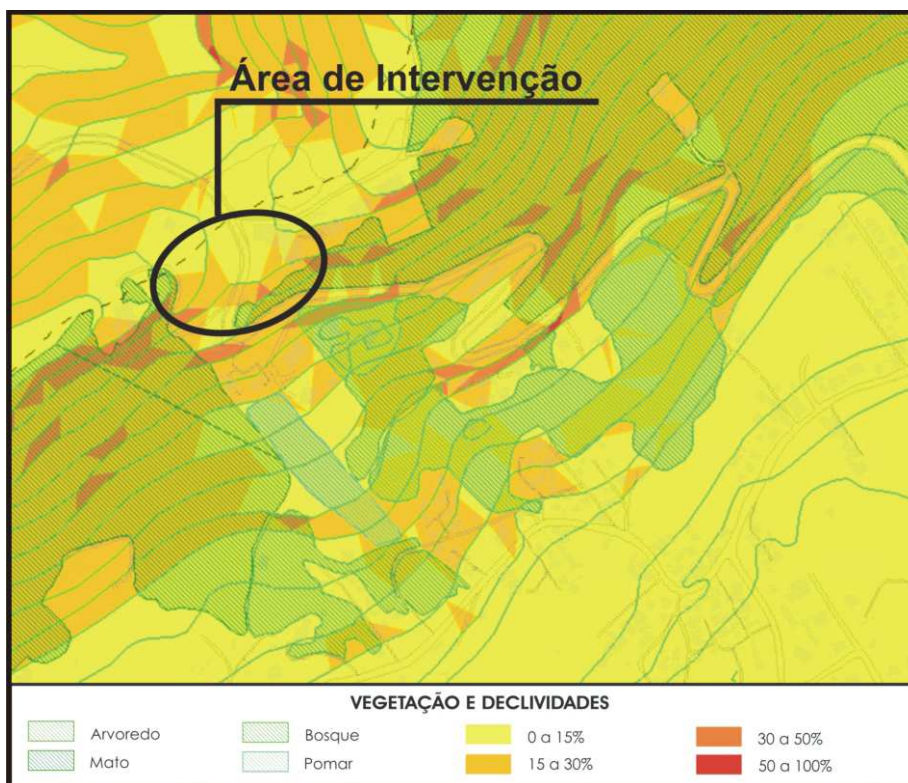


Figura 17: Mapa de Isodeclividades e Vegetação do Morro da Lagoa. Elaborado por Marlon Pscheidt, 2006, modificado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
 Fonte: IPUF, 2004.

Segundo PSCHIEDT (2006, pp.18-19).

A área classificada como PVg apresenta modificações do solo no horizonte O ou A devido ao cultivo, pastoreio ou outras perturbações, textura média e média argilosa, horizonte B e C com propriedades e comportamento mecânico dos constituintes argilosos, caracterizando-o por pronunciadas mudanças em volume e movimentação do material condicionadas por variação do teor de umidade, substrato granito, relevo fortemente ondulado e ondulado, exposição de rochas do embasamento quer seja como afloramentos rochosos, camadas muito delgada de solos ou ainda ocorrência significativa de matacões em geral com mais de 100 cm de diâmetro, tornando o solo bastante problemático principalmente se expostos os horizontes B e C, e problemas provenientes da presença de blocos de rocha. Já a área classificada como Cg, situada na região do divisor de águas, possui textura arenosa a média, relevo suave ondulado, substrato granítico, presença de matacões e horizonte B expansivo, não apresentando argila de atividade alta em função do material de origem. O que nos leva a concluir que o principal empecilho à ocupação é a presença de matacões dispersos e imersos, pois a textura do solo permite a permeabilidade da água e sua drenagem, não originando problema de erosão e escorregamento sob condições não atípicas. (Figura 18)



Figura 18: Carta Geotécnica do Morro da Lagoa. Elaborado por Marlon Pscheidt, 2006, modificado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.

Fonte: Vieira [s.d.].

5. INTERVENÇÃO

5.1. Conceitos

- O papel do Arquiteto e Urbanista

O Arquiteto e Urbanista, como qualquer outro profissional, têm a responsabilidade social de propiciar o bem estar para a população, usando seus conhecimentos nas diversas escalas; urbana, arquitetônica, do mobiliário e paisagística, aliado a coerência e ética profissional, teoricamente adquiridos nos anos cursados na faculdade e na vida profissional posterior.

Quando um projeto se concretiza, ou seja, sai do papel ou tela do computador, passando a ter um compromisso com a sociedade, uma carga de responsabilidades é depositada na obra, que deverá cumprir com suas finalidades da melhor forma possível, seja tecnicamente, em seu método construtivo, seja esteticamente, propiciando espaços confortáveis, agradáveis e de preferência com o menor impacto possível à natureza.

Seria este o conceito de sustentabilidade na arquitetura?

A meu ver, este é o conceito de ARQUITETURA, pois o Arquiteto e Urbanista que relega estas condicionantes ambientais e separa seu raciocínio projetual da consciência ambiental, não está apto para responder às “necessidade atuais”, que de atuais não tem nada, visto que os problemas ambientais são cumulativos, e hoje, temos as respostas para todas as atrocidades feitas ao longo da existência humana.

- A Arquitetura Contemporânea

A Arquitetura contemporânea no Brasil (...) “revela um Modernismo em movimento, mais dialético e conciliador (...), encontrando (...) no passado, sem nostalgia, riquezas e alicerces para explorar novos contextos e experimentar diversas combinações e tecnologias”. (comentários contracapa. IN: CAVALCANTI E LAGO, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006).

Muito mais do que uma estética inspirada na magistral arquitetura Moderna (Modernismo), a Arquitetura Contemporânea para mim, se mostra como uma reação à “má Arquitetura” pós-moderna.

O que seria uma má arquitetura?

Todo Arquiteto e Urbanista, com uma bagagem teórica considerável, poderá interpretar o que significa uma “má arquitetura”. Não estou falando de “gosto estético”, porque uma boa arquitetura fala por si só, se expressa pelo desenho, pelas sensações criadas, aliada a uma fundamentação teórica e técnica. Assim, atinge sua finalidade como obra arquitetônica quando apropriada e usufruída como espaço. Ou seja, o rebuscamento historicista, na forma de “mentiras arquitetônicas”, como frontões, adornos e imitações de materiais, são tipos de pastiches intoleráveis em uma boa arquitetura.

Sobre a arquitetura Contemporânea em comparação à Moderna, escreve Frédéric Edelman (Le Monde, Paris 2005), “É uma arquitetura mais livre ainda, menos ligada aos dogmas, mais sensível ao enraizamento nas paisagens múltiplas, frágeis e também mais serena.

Um universo a ser explorado...”.

- A Intervenção

Analisando o histórico e o processo de mutação urbana que a cidade vem sofrendo, como intervir de maneira eficiente em uma localidade com uma identidade tão forte e característica; que mesmo em meio a este processo de imigração e turismo crescente, se destaca como um ponto atrativo às diversas demandas populacionais?

Acredito que um espaço cultural edificado, inserido em um espaço público de lazer em meio à linda paisagem natural, possa facilitar ou propiciar o processo de aculturação, fundamental para o convívio das diferentes culturas presentes em uma mesma cidade, distrito, ou mais especificamente bairro, como é o caso da minha intervenção.

5.2. Programa de necessidades

É fato, que as particularidades do sítio instigam qualquer Arquiteto a deslumbrar em sua imaginação algo de melhor qualidade arquitetônica e urbanística, potencializando a configuração da natureza.

A criação de uma edificação com função cultural, utilizando o já ocupado terreno do mirante, que hoje em dia apresenta um hotel abandonado e lojas, ao mesmo tempo em que a possibilidade de utilização do lado oposto ao mirante, que apresenta uma mata aparentemente virgem em uma residência, poderia ser interessante. Trilhas, espaços mirantes, arborismo, tirolesas e equipamentos urbanos, propiciariam o contato com a natureza, sem o caráter predatório.

Fica clara a intenção de potencializar os espaços contemplativos e valorizar o contato com a natureza. Na edificação será explorado o lado visual, a contemplação feita pelo olhar; na área oposta, com vegetação, será explorado o lado sensorial do contato com a natureza, de maneira sustentável.

Espaços públicos e privados farão parte da edificação que terá o seguinte programa de necessidades:

- *Um museu de arte contemporânea e ateliês destinados a estes fins.

- *Auditório.

- *Biblioteca,

- *Espaço multimídia.

- *Cafés e bares.

- *Restaurantes.

- *Áreas abertas públicas, contendo praça e anfiteatro.

- *Lojas destinadas ao turismo.

- *Um teleférico fará o transporte seguro de pedestres, melhorando as condições de mobilidade urbana, hoje precárias.

5.3. Referenciais de Projetos Arquitetônicos

SESC Pompéia: Esta obra de “reciclagem” realizada por Lina Bo Bardi, apresenta-se como uma obra importantíssima, pois virou um pólo destinado ao lazer em São Paulo – SP. As Arquiteturas Brutalistas, em concreto armado e aparente, integradas às edificações antigas, foram apropriadas pela população, tornando este complexo, um marco referencial no âmbito das intervenções. (Figura: 20).

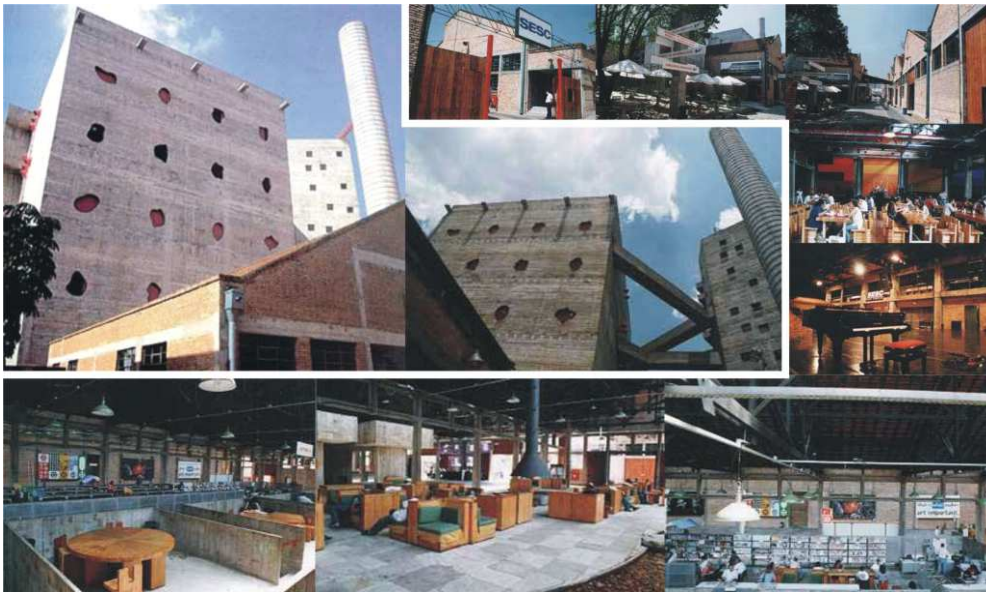


Figura 20: SESC Pompéia, São Paulo - SP. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/memoria/memoria30.asp>

MASP: O Museu de Arte de São Paulo, também projetado por Lina Bo Bardi é outro marco na Arquitetura brasileira e mundial. Lina tira partido da estrutura como forma, com pórticos originalmente em concreto armado e aparente como o restante da edificação. Devido ao problema de infiltrações, foram pintados de vermelho, realçando a estética da edificação que apresenta um vão livre de 74m. (Figura: 21).



Figura 21: MASP, São Paulo - SP. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
Fonte: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq084/arq084_02.asp

MuBE: O Museu Brasileiro de Escultura, projetado por Paulo Mendes da Rocha apresenta uma arquitetura forte, utilizando concreto aparente e armado. A edificação provoca sensações distintas em suas ambiências, que podem ser apropriada de diversas formas, tanto no seu interior (subsolo), como no seu exterior onde se apresenta como uma praça. (Figura: 22).

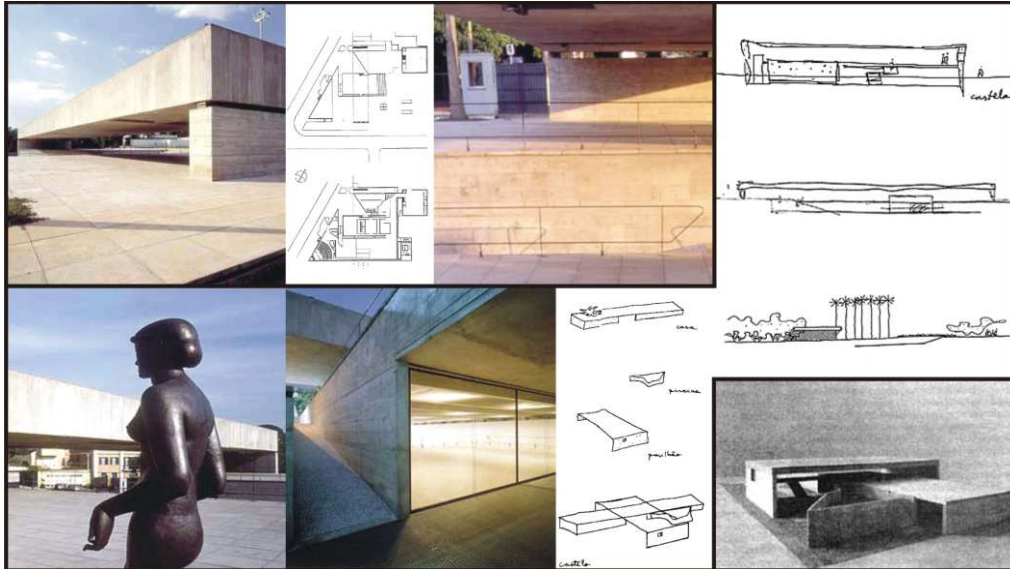


Figura 22: MuBE, São Paulo - SP. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha, 2007.
 Fonte: http://www.romanoguerra.com.br/arquitextos/arq018/arq018_02.asp

Rosenthal Center for Contemporary Art: Museu de Arte Contemporânea projetado por Zaha Hadid, Arquiteta Iraquiana desconstrutivista, a edificação se apresenta em um terreno de esquina. O que chama a atenção, como em todas as suas obras, é o trabalho como concreto armado e a brincadeira com volumes. Sua Arquitetura muitas vezes se apresenta caótica a meu ver, mas merece destaque pela linguagem vinda do Modernismo e pela exploração extrema da estética. (Figura: 23)



Figura 23: Rosenthal Center for Contemporary Ast Cincinnati - EUA. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha.
 Fonte: http://www.romanoguerra.com.br/arquitextos/arq018/arq018_02.asp

Museu Serralves: Projetado por Álvaro Siza Vieira, o museu apresenta uma Arquitetura que provoca “surpresas”, devido ao jogo de volumes, inclinações e dobraduras das fachadas. Apresenta um programa de necessidades amplo, contendo área de exposição, lojas de lembranças, um café, terraço, biblioteca, auditório, estacionamentos, sala de exposição, sala de leitura e auditório. (Figura: 24).



Figura 24: Museu Serralves, Porto, Portugal. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha.
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura189.asp>

Pavilhão de convenções em Guarujá: O Arquiteto Ciro Pirondi acerta ao criar uma edificação leve, em estrutura metálica, afastada do chão 60 cm devido ao lençol freático, pois se localiza a beira-mar. Uma Arquitetura simples e de grande expressão, utilizando uma linguagem contemporânea. (Figura: 25).



Figura 25: Pavilhão de convenções, Guarujá - SP. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha.
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura24.asp>

Complexo Museológico em Olinda: Projetado pelos arquitetos Marco Antônio Borsoi, Tereza Simis e Luiz Vieira, apresenta uma Arquitetura bastante interessante, pois nos remete a uma Arquitetura da época do Modernismo. Apresenta edificações adaptadas ao clima quente do nordeste, com espaços fluidos e abertos, integrando todas as edificações do parque. (Figura: 26).



Figura 26: Museu, Olinda – PE. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha.
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura778.asp>

Centro Educacional e Cultural Kaffehuset Friele: Foi projetado pelo Arquiteto Alfredo Barbosa Jr., que optou pela madeira como método construtivo devido à simplicidade e agilidade de construção. A edificação se destaca pela sua leveza. A estética da Arquitetura em madeira agrada aos olhos, e a utilização de brises melhoram o conforto térmico. A implantação no terreno se apresenta muito correta (sob pilotis), devido à inclinação do mesmo, além das circulações externas feitas em passarelas de madeira que chamam muita atenção. (Figura: 27).



Figura 27: Centro Educacional e Cultural Kaffehuset Friele, Poço de Caldas - MG. Elaborado por Ricardo A. M. Cunha.
Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura615.asp>

5.4. Partido Arquitetônico

Apesar da escala monumental prevista para a edificação, esta, não se apresentará como uma barreira visual para quem lá estiver, mas sim, propiciará espaços contemplativos e inspiradores para os diversos usuários que lá resolvam passar.

O uso de pilotis, inspirados na arquitetura Modernista, propiciará permeabilidade à edificação. Lajes de concreto armado permitirão terraços jardins e mirantes sombreados.

O partido para a edificação é a “leveza e a estrutura como forma”. Uma edificação “solta”, inserida na paisagem da maneira menos impactante possível.

Os métodos construtivos serão o concreto armado, madeira, pedra e se necessário estrutura metálica; sempre esculpidas ao extremo, inspiradas nas obras dos grandes mestres modernos como Vilanova Artigas, Oscar Niemeyer, Reidy, Lina Bo Bardi, Paulo Mendes da Rocha, entre tantos outros nos quais poderia citar e que fizeram parte do cenário da Arquitetura Modernista no Brasil.

O vento sul, segundo mais atuante em Florianópolis, atuará em grande parte da edificação, pois a vista para as paisagens se faz principalmente nesta orientação. Assim, alguns artifícios serão utilizados para controlar este vento muitas vezes desagradável.

A Fachada norte e principalmente oeste, apresentarão brises para efetuar o controle da insolação que entra na edificação. Aqueles ficarão afastados da edificação, permitindo a circulação do ar entre os mesmos a fachada. Espécies de vegetações trepadeiras caducifólias poderão ser utilizadas nos brises, garantindo proteção vegetal nos meses quentes e permitindo a passagem de luz nos meses frios.

O pé direito elevado em alguns pontos permitirá mezaninos e saídas de ar no alto das janelas, para que ocorra o efeito chaminé por convecção.

Painéis solares voltados para norte, inclinados a $27^{\circ}50'$ S, latitude de Florianópolis ajudarão no armazenamento de energia elétrica, destinada à própria edificação.

As águas pluviais recolhidas na cobertura da edificação serão encaminhadas até cisternas e logo após, aproveitadas para uso de descargas e jardins da edificação, como também para as áreas públicas do entorno.

CONCLUSÃO

Percorrendo de diversos âmbitos a complexidades das escalas apresentadas até chegar às particularidades do sítio, percebeu-se que a temática é muito mais abrangente do que um projeto edificado em um terreno com belas paisagens.

As particularidades de uma ilha como Florianópolis, se estudadas a fundo, mostrarão uma forma de encarar os sítios de maneira diferente.

Assim, após analisar de forma genérica o caótico sistema viário, percebi o problema de mobilidade urbana que a Ilha apresenta, alastrando-se até o local de intervenção.

As particularidades da flora, as leis vigentes, a população eclética que a cidade apresenta, tudo isso mostra a importância e a responsabilidade de se projetar uma edificação para este local.

Os problemas vão mais além do que a carência de espaços públicos de cultura e lazer. O Arquiteto, infelizmente não tem todas as ferramentas para os problemas sociais, políticos ou econômicos. A nossa contribuição vem da paixão ao projetar, não apenas pela finalidade estética. O compromisso e o resultado final trazem a emoção do dever cumprido. E é com esta contribuição que procurarei finalizar minha graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

BIBLIOGRAFIA

ARCOWEB. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/>. Acessado em: 02/12/2007.

BARBOSA, Cristina Pereira. ECOLAGOA – UM BREVE DOCUMENTO SOBRE A ECOLOGIA DA BACIA DA LAGOA DA CONCEIÇÃO. Florianópolis. Agnus, 2003.

BRUAND, Yves. ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL. São Paulo. Perspectiva, 1981.

POLANO, Sergio. DOCUMENTOS DE ARQUITECTURA - SANTIAGO CALATRAVA – OBRA COMPLETA. Madri. Electra, 1996.

CAVALCANTI E LAGO, Lauro e André Corrêa. AINDA MODERNO? ARQUITETURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2006.

FLORAM. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/floram>>. Acessado em: 22/06/2007.

FLORIPA AMANHÃ. Disponível em: <<http://floripamanha.org/tag/Parque+de+Coqueiros>> Acessado em: 12/09/2007.

ONDA. Disponível em: <<http://www.ybytucatu.com.br/onda/c.php>> Acessado em: 30/11/2007.

PETTERSON, Eduard. ARQUITECTURA MINIMALISTA. Barcelona, Atrium Group, 2004.

PMF - PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>> Acessado em: 20/08/2007.

PROJETO MARCA D'ÁGUA. Disponível em: <<http://www.marcadaqua.org.br/bacia20.htm>>. Acessado em: 26/08/2007.

PSCHEIDT, Marlon & AFONSO, S. - EXEMPLOS SIGNIFICATIVOS DE ARQUITETURA RESIDENCIAL PARA A OCUPAÇÃO DE ENCOSTAS – DIFERENTES REALIDADE DE FLORIANÓPOLIS. PIBIC UFSC. RELATÓRIO. 2006.

REVISTA AMBIENTE E SOCIEDADE. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200013>. Acessado em: 13/07/2007.

SANTOS, Milton. A NATUREZA DO ESPAÇO: TÉCNICA E TEMPO, RAZÃO E EMOÇÃO. São Paulo. Hucitec, 1996.

UNDERWOOD, D. OSCAR NIEMEYER E O MODERNISMO DE FORMAS LIVRES NO BRASIL. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

VITRUVIUS PORTAL DE ARQUITETURA. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/>. Acessado em: 02/12/2007.

ZAHA HADID. Disponível em: <<http://www.zaha-hadid.com/>>. Acessado em: 01/12/2007.